

ESCOLAS SUPERIORES DE EDUCAÇÃO

SECTOR DE RECORTES DE IMPRENSA

ESE de Viseu exige lei específica

Representantes de alunos da Escola Superior de Educação (ESE) de Viseu exigiram a publicação de legislação específica que garanta «as expectativas e os direitos adquiridos pelos estudantes» daquele escola.

A reivindicação dos alunos surgiu na sequência de um decreto-lei do Ministério da Educação que visa prolongar por mais dois anos os cursos de professores pré-primários, primários e do ciclo preparatório.

«A legislação que o MEC pretende publicar representa um retrocesso em relação ao espírito que presidiu à criação das escolas superiores de educação e ao ensino politécnico», afirmaram os alunos da ESE.

A Escola Superior de Educação de Viseu, presentemente com 231 alunos inscritos, dos quais 28 estarão formados (pela anterior legislação) em Fevereiro, e 62 em Julho, está paralisada desde 16 de Janeiro, como protesto pela legislação que o MEC pretende publicar.

Os cursos de três anos (seis semestres) visam, segundo os alunos, a «preparação de professores capazes de compreender a evolução psicológica da criança até aos 12 anos, capazes de acompanhar a passagem de um nível de aprendizagem para outro».

O despacho do MEC refere que «as escolas superiores de educação devem organizar as suas actividades de formação inicial em cursos separados orientados para a formação de educadores de infância e professores de ensino primário».

«Este diploma vai fazer com que os alunos da ESE, quando acabarem os seus cursos, não possam concorrer ao ciclo preparatório», disse Maria da Graça, representante dos estudantes do quinto semestre, acrescentando que os estudantes da ESE de Viseu «são vítimas das indefinições da política do ensino».

Dia

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Ensino politécnico
escola sup. de educação de viseu

